

Rio "zerou" o déficit com recursos próprios

por Vera Saavedra Durão

do Rio
- 1 JUN 1984

"A política de cortes de despesa e de austeridade financeira implantada pelo governo estadual deu certo." Esta foi a conclusão do secretário da Fazenda do Rio, César Maia, ao informar que conseguiu "zerar" o déficit público estadual, de janeiro a maio deste ano, sem recorrer a operações de crédito, "só com recursos próprios": para uma receita líquida (descontados os municípios) de Cr\$ 497 bilhões, as contas do estado registraram um déficit de Cr\$ 2 bilhões, que não corresponde a nem um dia de movimentação de caixa, avaliado por Maia em Cr\$ 5 bilhões.

Mesmo com este resultado favorável de sua administração, o titular da Fazenda fluminense anunciou que a política austera vai continuar, havendo perspectiva de retomada de alguns investimentos apenas na área social, como a construção de escolas e salas de aula, prioritárias no programa do governo Leonel Brizola. Ao apresentar o resultado das contas fluminenses, no ano passado, César Maia observou que os gastos estaduais ficaram 14% abaixo do orçamento autorizado (Cr\$ 870,1 bilhões realizados, diante de Cr\$ 1 trilhão autorizado), registrando ainda uma redução real de despesas em relação a 1982, de 20% (Cr\$ 870,1 bilhões em 1983 em comparação com Cr\$ 446,2 bilhões no ano anterior). Para este ano, ele prevê uma queda semelhante nos gastos, em relação ao ano passado.

INVESTIMENTOS

Este bom desempenho da Secretaria da Fazenda do Rio foi obtido com uma queda brutal dos investimentos no ano passado e através dos recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), cuja receita vem aumentando. Para manter azeitada a máquina fiscal, Maia decidiu, a partir de hoje, atuar com rigor contra os supermercados cariocas, especialmente a Casas da Banha, que deve ao estado, desde 1981, um total de Cr\$ 1,6 bilhão (sem correção monetária) e foi autuada recentemente em mais Cr\$ 2 bilhões. Com exceção do grupo Sendas (que paga ICM em dia), os grandes

supermercados do Rio serão fiscalizados rigidamente a partir de hoje e suas caixas registradoras só poderão ser usadas para fins fiscais. Além disto, César Maia instituiu um "regime especial" de pagamento de ICM para os sonegadores crônicos: vão ter de recolher o ICM a vista, no ato da venda. A dívida ativa do estado, já vencida, soma Cr\$ 250 bilhões.

Além destas medidas fiscais, César Maia está atuando junto ao BNH e ao BNDES para colocar em dia as contas estaduais e obter liberação de créditos retidos nestes bancos.